



ACTA n.º 43/2022

Ao dia quinze do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, reuniu em plenário ordinário o Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1. Antes da ordem do dia; -----

Ponto 2. Leitura e aprovação da Acta de última Reunião do CLAS – 14 de dezembro de 2021; -----

Ponto 3. Descentralização de Competências na área da Ação Social (Decreto Lei 55/2020, de 12 de agosto): Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Portaria n.º 63/2021, de 17 de março) e Celebração e Acompanhamento dos Contratos de Inserção dos beneficiários do RSI (Portaria n.º 65/2021, de 17 de março); -----

Ponto 4. Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto – Candidatura do território de intervenção integrada AMP Sul, constituída pelos concelhos: Santa Maria da Feira, S. J. Madeira, O. Azeméis, Vale de Cambra e Arouca à componente C3 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas; -----

Ponto 5. Outros assuntos. -----

Ponto 1. Antes da ordem do dia -----

O Presidente do CLAS de Santa Maria da Feira, Emídio Sousa, iniciou a reunião, dando as boas-vindas a todos os parceiros e salientando a importância de retomarmos as reuniões presenciais, pois estas serão sempre uma oportunidade de os parceiros dialogarem entre si em prol do trabalho conjunto. -----

De modo a iniciar os trabalhos, o Presidente do CLAS colocou à consideração dos parceiros a inserção de dois novos pontos na Ordem de Trabalhos inicialmente enviada, em virtude de serem assuntos que carecem de análise em Conselho Local de Ação Social. -----

Perante a anuência de todos os presentes, alterou-se a Ordem de Trabalhos, passando a mesma a integrar dois novos pontos, a saber: -----

-----**Ponto 5.** Pedido de Alteração à Decisão de Aprovação do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 4G – Inova +; -----



rede social

-----**Ponto 6.** Análise dos pedidos de parecer da Associação do Centro Social de Escapães – Requalificação e ampliação da resposta social Creche, aumentando a capacidade de 52 para 74 utentes (candidatura ao Aviso n.º 02/C03-i01/2021 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais – PRR), e do Centro Social de Gião – Construção de ERPI com capacidade para 40 utentes (candidatura ao Aviso n.º 02/C03-i01/2021 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais – PRR); -----

-----**Ponto 7.** Outros assuntos. -----

De seguida, a Dra. Manuela Coelho, chefe da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, cumprimentou todos os parceiros, informando-os do email anteriormente enviado com informação divulgada pelo ISS – Instituto de Segurança Social de Aveiro sobre os pareceres no âmbito das candidaturas à medida “Requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais – PRR”. A Dra. Paula Beleza, representante do ISS – Aveiro, salientou que as entidades podem submeter os pareceres emitidos aquando da candidatura ao Programa PARES, visto que ainda se encontram válidos, e, posteriormente, o ISS solicitará ao Conselho Local de Ação Social novos pareceres, pelo que a submissão de candidatura não estará dependente da existência de parecer do CLAS.

Ponto 2. Leitura e aprovação da Acta de última Reunião do CLAS – 14 de dezembro de 2021-----

A Acta, enviada antecipadamente aos parceiros, foi posta à consideração, sendo aprovada por unanimidade. -----

Ponto 3. Descentralização de Competências na área da Ação Social (Decreto Lei 55/2020, de 12 de agosto): Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Portaria n.º 63/2021, de 17 de março) e Celebração e Acompanhamento dos Contratos de Inserção dos beneficiários do RSI (Portaria n.º 65/2021, de 17 de março) -----

O Presidente do CLAS informou os parceiros que, em virtude da possibilidade de prorrogação, através do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, foi aprovada na última reunião de câmara (14 de fevereiro) a intenção do Município de apenas assumir o processo de transferências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social a 1 de janeiro de 2023. Este adiamento de 8/9 meses permitirá ao Município preparar melhor a mudança e clarificar e esclarecer algumas dúvidas que ainda persistem. No entanto, reforçou que todo o processo e trabalho neste âmbito será sempre discutido por e com todos. -----

A este propósito, a Dra. Manuela Coelho apresentou, de forma breve, o ponto de situação do nosso concelho a este nível, referindo que existem: Acordos de Cooperação de SAAS com 9



rede social

1

instituições, num total de 715 processos familiares de atendimento e acompanhamento social, e 546 processos familiares de RSI; Protocolos de RSI com 2 instituições, num total de 190 processos familiares de RSI; e 3 Centros Comunitários com resposta SAAS e RSI, num total de 249 processos familiares de atendimento e acompanhamento social. Salientando que os dados apresentados foram facultados pelas próprias instituições que dinamizam as respostas sociais, informou os parceiros que, à data de dezembro de 2021, existiam no concelho 964 processos familiares de atendimento e acompanhamento social, e 1.079 processos familiares de rendimento social de inserção. -----

Informou ainda que, para além dos protocolos existentes, o Serviço Local de Segurança Social efetua atendimento e acompanhamento de processos de ação social nos territórios que não se encontram abrangidos por Acordos de SAAS. -----

Referiu que, em abril de 2021, o Município respondeu ao pedido de pronúncia enviado pelo Gabinete da Secretária de Estado da Ação Social, elencando dúvidas e dificuldades, e solicitando a revisão dos valores mapeados, sendo que até à data ainda não foi recebida qualquer resposta. -----

Informou os parceiros que aguarda a realização de uma primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, que integra representantes do Município e da Segurança Social, apresentando, por fim, aos parceiros as próximas etapas a percorrer neste processo, que passarão pelo agendamento de reuniões individuais com cada uma das entidades com acordo/protocolo de SAAS e/ou RSI, constituindo-se um grupo de trabalho para analisar e elaborar, em conjunto, o melhor modelo de intervenção com o objetivo de trabalhar para melhorar todo o processo, tendo sempre na base a sua eficácia e eficiência. -----

Ponto 4. Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto – Candidatura do território de intervenção integrada AMP Sul, constituída pelos concelhos: Santa Maria da Feira, S. J. Madeira, O. Azeméis, Vale de Cambra e Arouca à componente C3 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas -----

O Presidente do CLAS informou os parceiros que a candidatura apresentada neste ponto, revela-se um grande desafio, no qual a equipa tem estado arduamente a trabalhar desde dezembro, tendo sido atribuída a verba global de 243 milhões de euros às Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa (121.500.00,00€/cada). Referiu que este processo tem sido marcado pela pouca informação, dando nota que ficou definido que o Município de Santa Maria da Feira, na pessoa da Dra. Manuela, seria o coordenador da candidatura do território de intervenção integrada AMP Sul, na qual estão integrados os Município de Santa Maria da



rede social Rede Social do Vale de Cambra

Feira, S. J. Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca. Deu nota ainda que no próximo dia 25 de fevereiro terá uma reunião na AMP para discussão das verbas a serem atribuídas a cada um dos territórios de intervenção definidos. -----

Tomando da palavra, a Dra. Manuela, de forma sucinta, apresentou os principais pontos aos parceiros, referindo que o aviso de candidatura abriu a 4 de fevereiro com limite de submissão a 8 de março, embora tenha sido pedida uma prorrogação dada a complexidade da candidatura. -----

Numa primeira fase foram constituídas Unidades Técnicas Locais, sendo Santa Maria da Feira o Município coordenador do território da AMP Sul, pelo que será aquele que submeterá a candidatura. -----

Esta candidatura tem como vetores de intervenção prioritários: crianças e jovens (com baixa escolaridade, insucesso escolar e risco de abandono; inseridas em contexto territoriais e familiares empobrecidos e com jovens com dificuldades de inserção no mercado de trabalho); pessoas em idade ativa (desempregadas (em especial de longa duração); empregadas com baixa escolaridade e escassas qualificações ou em situação de subemprego e precaridade); idosos (isolados e dependentes, com baixas qualificações e competências, e com incapacidade); pessoas em situação de sem-abrigo ou de elevada precaridade habitacional; populações de minorias étnicas (com destaque para pessoas de comunidades ciganas), bem como imigrantes em situação de precariedade económica e social); e pessoas com deficiência e/ou incapacidade e pessoas com desafios em matéria de saúde física mental, nomeadamente com mobilidade e acessibilidade dificultadas, com necessidades). -----

Desta forma, a Dra. Manuela referiu que os vetores acima referidos serão, no fundo, as grandes áreas de intervenção às quais teremos que dar resposta com base naquilo que são as maiores fragilidades identificadas nos territórios, sendo, por isso, fundamental os contributos de todos os parceiros para melhorar o documento final. -----

Apresentando os Eixos de Intervenção (Eixo I – intervenções territoriais; Eixo II – inovação social; Eixo III – assistência técnica), a data de execução (31 de dezembro de 2025) e a dotação orçamental global para os 6 territórios (1 19.022.000,00€), a Dra. Manuela explicou aos parceiros o método de trabalho que tem vindo a ser adotado, em particular a existência de várias reuniões entre os 5 municípios que integram o território da AMP Sul, no sentido de desenvolver programas comuns. -----

Tendo presente que cada projeto/iniciativa terá que ter associada a si uma ficha de projeto, a Dra. Manuela, reforçando a importância da participação dos parceiros, informou que o Gabinete Técnico da Rede Social fará chegar, por email, um modelo de ficha de projeto para



que possam preencher e enviar pela mesma via até ao próximo dia 18 de fevereiro, com sugestões de projetos/iniciativas que considerem importantes com vista à construção de um Plano de Ação Integrado. -----

Ponto 5. Pedido de Alteração à Decisão de Aprovação do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 4G – Inova +-----

A Dra. Adélia Antunes, coordenadora técnica do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 4G – Inova +, colocou à discussão e consideração do Conselho Local de Ação Social a substituição da Entidade Executora Local, o CTCP – Centro Tecnológico Calçado Portugal. O CLDS 4G Projetos & Desafios Inova + teve o seu início em 01/07/2020, com intervenção no território constituído pelas 20 freguesias mais litorais do concelho de Santa Maria da Feira e tem a Casa dos Choupos, CRL como entidade executora local, e o CTCP – Centro Tecnológico Calçado Portugal como entidade executora local. -----

A Dra. Adélia informou os parceiros que, decorrente da situação epidemiológica COVID-19, foi-se verificando um atraso na implementação das ações afetas ao CTCP, que tem vindo a revelar dificuldades em mobilizar e promover a participação de públicos mais vulneráveis podendo, assim, comprometer os resultados previstos em Plano de Ação e, por conseguinte, a inclusão de pessoas em situação de desfavorecimento social. Assim, e considerando os indicadores contratualizados em termo de aceitação, e os resultados obtidos, é proposta a alteração da entidade executora local, sendo que a Casa dos Choupos, CRL propõe-se a assumir as atividades constantes do Plano de Ação, mantendo-se, no entanto, a parceria para a implementação de ações específicas, mas ajustando o plano de ação e comprometendo-se com o cumprimento dos resultados contratualizados junto dos destinatários diretos definidos em candidatura. -----

A Dra. Manuela reforçou que, apesar deste pedido de alteração, o Centro Tecnológico Calçado Portugal continuará a ser um parceiro permanente e constante, colocando o Presidente do CLAS o pedido à consideração dos parceiros, que foi aprovado com a abstenção do Centro Social Paroquial de Fornos. -----

Ponto 6. Análise dos pedidos de parecer da Associação do Centro Social de Escapães – Requalificação e ampliação da resposta social Creche, aumentando a capacidade de 52 para 74 utentes (candidatura ao Aviso n.º 02/C03-i01/2021 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais – PRR), e do Centro Social de Gião – Construção de ERPI com capacidade para 40 utentes (candidatura ao Aviso n.º 02/C03-i01/2021 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais – PRR) -----



rede social Associação de Amigos por uma Comunidade Inclusiva em Sanguedo

A Dra. Catarina Neves, representante da Associação do Centro Social de Escapães, apresentou aos parceiros o pedido de parecer solicitado pela entidade que representa, referindo que a entidade pretende, submetendo candidatura ao Aviso n.º 02/C03-i01/2021 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais – PRR, aumentar a capacidade da Creche de 52 para 74 utentes, criando 22 novos lugares, em virtude da existência de lista de espera de 60 utentes. -----

O Sr. Batista Cardoso, presidente da Direção do Centro Social de Gião, informou que a entidade pretende submeter também candidatura ao Aviso n.º 02/C03-i01/2021 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais – PRR, para construção de ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com capacidade para 40 utentes. Referiu ainda que este projeto foi submetido ao programa PARES, mas obteve indeferimento. -----

Colocados à votação do CLAS, o pedido de parecer do Centro Social de Gião foi aprovado por unanimidade e o pedido de parecer da Associação do Centro Social de Escapães foi aprovado com a abstenção da representante do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro. -----

Ponto 7. Outros assuntos -----

A Dra. Manuela informou os parceiros que a programação do VII Mosaico Social sofrerá um adiamento, sendo que as ações previstas para março/abril serão adiadas, mantendo-se, no entanto, prevista a atividade “Mosaico em Festa”, nos dias 17 e 18 de junho de 2022. -----

A Professora Ambrosina, representante da Junta de Freguesia de Lourosa, tomou a palavra para salientar a importância e a oportunidade que a candidatura do Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto trará para pensarmos em projetos que atenuem a ausência de respostas direcionadas para a população portadora de deficiência, em particular na área da empregabilidade, referindo que esta área necessita de um grande impulso e de mais respostas. -----

A Dra. Manuela afirmou que, efetivamente, existe dificuldade de integração desta população no mercado de trabalho, apesar do trabalho notável que as nossas instituições direcionadas para a área da deficiência realizam. Reforçou, por isso, que esta candidatura é uma enorme oportunidade para dar resposta a estas fragilidades, sendo importante que os parceiros coloquem os problemas, mas também as sugestões para em conjunto tentarmos atenuar todas estas dificuldades. -----

A Dra. Carla Lima, representante da AMICIS – Associação de Amigos por uma Comunidade Inclusiva em Sanguedo, informou os parceiros que, apesar de todas as dificuldades, a



rede social Santa Maria da Feira

entidade que representa tem desenvolvido um conjunto de respostas com vista à integração da população portadora de deficiência na comunidade. -----

Por fim, a Dra. Manuela salientou que esta é uma possibilidade e oportunidade única para tentarmos criar um conjunto de respostas inovadoras que saiam um pouco daquilo que são as respostas tipificadas e protocoladas, apelando novamente à participação dos parceiros no envio de propostas de ações/iniciativas ou projetos que vejam de extrema importância para alavancar o desenvolvimento social dos seus territórios e dos públicos com quem trabalham. - Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CLAS encerrou a reunião. -----

O Presidente do Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira

(Emídio Sousa, Dr.)

